



# DE 21 A 25 NOVEMBRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Projeto de Lei 347/XIII](#)

Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)

Autoria: PCP

#### [Projeto de Lei 348/XIII](#)

Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, reforçando o quadro legal sancionatório da manipulação de competições desportivas

Autoria: PS

#### [Projeto de Resolução 549/XIII](#)

Aumento do salário mínimo nacional

Autoria: PCP

#### [Projeto de Resolução 551/XIII](#)

Curso extraordinário do CEJ para magistrados do Ministério Público

Autoria: PCP

#### [Projeto de Resolução 555/XIII](#)

Recomenda ao Governo a abertura, em 2017, de um curso extraordinário do Centro de Estudos Judiciários para a formação de 100 novos magistrados do Ministério Público

Autoria: BE

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

---

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 52/XIII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 33/2016, de 24 de agosto, clarificando as disposições relativas à realização de estudos financeiros, técnicos e jurídicos sobre o desenvolvimento futuro da televisão digital terrestre (TDT)

 **ÁGUAS**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Presidente da República promulgou o [diploma que autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, incluindo as águas de transição, e em águas interiores, relativamente ao domínio público hídrico e ao espaço marítimo nacional](#)

 **COESÃO TERRITORIAL**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016 - Diário da República n.º 226/2016, Série I de 2016-11-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial

 **DIREITO EUROPEU**

[Acórdão n.º 569/2016 - Diário da República n.º 227/2016, Série II de 2016-11-25](#)

Tribunal Constitucional

Indefere reclamação de despacho que não admitiu o recurso interposto, por a questão da contrariedade de norma constante de ato legislativo interno com norma de direito derivado da União Europeia não poder relevar, como questão de inconstitucionalidade para efeitos de fiscalização concreta pelo Tribunal Constitucional

 **DIREITOS HUMANOS**

[Decreto do Presidente da República n.º 101/2016 - Diário da República n.º 227/2016, Série I de 2016-11-25](#)

Presidência da República

Ratifica o Protocolo n.º 15 que altera a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de junho de 2013

[Decreto do Presidente da República n.º 102/2016 - Diário da República n.º 227/2016, Série I de 2016-11-25](#)

Presidência da República

Ratifica o Protocolo n.º 12 à Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Roma, em 4 de novembro de 2000

[Resolução da Assembleia da República n.º 231/2016 - Diário da República n.º 227/2016, Série I de 2016-11-25](#)

Assembleia da República

Aprova o Protocolo n.º 15 que altera a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de junho de 2013

[Resolução da Assembleia da República n.º 232/2016 - Diário da República n.º 227/2016, Série I de 2016-11-25](#)

Assembleia da República

Aprova o Protocolo n.º 12 à Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Roma, em 4 de novembro de 2000

 **FINANCEIRO**

[Decreto-Lei n.º 77/2016 - Diário da República n.º 225/2016, Série I de 2016-11-23](#)

Finanças

Constitui a Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

---

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Financiamento das administrações públicas-setembro de 2016](#)

[Nota de Informação Estatística - Endividamento do setor não financeiro-setembro de 2016](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de Estabilidade Financeira de novembro de 2016](#)

[Banco de Portugal atualiza indicadores das empresas da Central de Balanços para 2015](#)

[Nota de Informação Estatística - Estudo da Central de Balanços | 26 - Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - outubro 2016](#)

[Indicadores de síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - outubro 2016](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma Regulamentar n.º 12/2016-R, de 17 de novembro](#) - Aprova as condições gerais uniformes do seguro de colheitas de frutas e produtos hortícolas para a Região Autónoma da Madeira

 **FISCAL**

[Lei n.º 36/2016 - Diário da República n.º 223/2016, Série I de 2016-11-21](#)

Assembleia da República

Isenta de imposto sobre o valor acrescentado a doação de bens móveis a museus da Rede Portuguesa de Museus

[Despacho n.º 14076/2016 - Diário da República n.º 225/2016, Série II de 2016-11-23](#)

Finanças - Gabinete do Ministro

Despacho que aprova o Modelo 52 e respetivas instruções de preenchimento

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Acórdão n.º 568/2016 - Diário da República n.º 227/2016, Série II de 2016-11-25](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma da verba 28 da Tabela Geral do Imposto do Selo, na redação introduzida pela Lei n.º 55-A/2012, de 29 de outubro, e alterada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que impõe a tributação anual sobre a propriedade de prédio habitacional ou de terreno para construção cuja edificação, autorizada ou prevista, seja para habitação, cujo valor patrimonial tributário seja igual ou superior a EUR 1 000 000,00

 **PENAL**

DIREÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Nações Unidas - UNODC publica a versão em língua portuguesa das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos \(Regras de Nelson Mandela\)](#)

As Nações Unidas acabam de disponibilizar no seu portal a versão eletrónica, em língua portuguesa, das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, também conhecidas como Regras de Nelson Mandela, em resultado da colaboração entre o UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e o Crime) e o Ministério da Justiça (DGPJ).

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

ERS – ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE

[Regulamento n.º 1058/2016 - Diário da República n.º 226/2016, Série II de 2016-11-24](#)

Entidade Reguladora da Saúde

Regulamento do regime jurídico a que devem obedecer as práticas de publicidade em saúde: O presente regulamento vem estabelecer as regras sobre os elementos de identificação dos intervenientes a favor de quem são efetuadas as práticas de publicidade em saúde, bem como os elementos que devem constar na mensagem ou informação publicitada, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 238/2015, de 14 de outubro

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Taxas devidas pelo exercício de atividade de prestador de serviços postais em 2016](#)

Aprovado valor da taxa t2 relativo a 2016.

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[10.º Congresso do Comité Português da URSI - Proceedings](#)

Comité Português da URSI disponibiliza documento que inclui os trabalhos aceites no âmbito do call for papers que antecedeu o Congresso.

 **TRANSPORTES**

[Lei n.º 35/2016 - Diário da República n.º 223/2016, Série I de 2016-11-21](#)

Assembleia da República

Sexta alteração ao [Decreto-Lei n.º 251/98](#), de 11 de agosto, que regulamenta o acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi, reforçando as medidas dissuasoras da atividade ilegal neste setor

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A - Diário da República n.º 223/2016, Série I de 2016-11-21](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Orgânica do XII Governo Regional dos Açores

[Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A - Diário da República n.º 224/2016, Série I de 2016-11-22](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o regime jurídico dos museus da Região Autónoma dos Açores

 **RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2016/M - Diário da República n.º 225/2016, Série I de 2016-11-23](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Quarta alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 21/87/M](#), de 5 de setembro que aprovou o Regulamento das Atividades Industriais, Comerciais e de Serviços Integradas no Âmbito Institucional da Zona Franca da Madeira

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

#### ATOS LEGISLATIVOS

##### Transportes

Regulamento (UE) 2016/2032 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, que [altera o Regulamento \(CE\) n.º 91/2003 relativo às estatísticas dos transportes ferroviários, no que respeita à recolha de dados sobre mercadorias, passageiros e acidentes](#)

#### ATOS NÃO LEGISLATIVOS

##### Orçamento UE

Regulamento de Execução (UE) 2016/2073 da Comissão, de 23 de novembro de 2016, relativo ao [reembolso, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 5, do Regulamento \(UE\) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, das dotações transitadas do exercício de 2016](#)

#### COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

##### Empreendedorismo

Resolução do Parlamento Europeu, de 21 de novembro de 2013, sobre o [plano de ação «Empreendedorismo 2020» — Relançar o espírito empresarial na Europa \(2013/2532\(RSP\)\)](#)

##### Transportes

Posição (UE) n.º 19/2016 do Conselho em primeira leitura com vista à adoção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que [altera o Regulamento \(CE\) n.º 1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros.](#)  
[Adotada pelo Conselho de 17 de outubro de 2016](#)

Nota justificativa do Conselho: Posição (UE) n.º 19/2016 do Conselho em primeira leitura com vista à [adoção de um Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros](#)

Posição (UE) n.º 20/2016 do Conselho em primeira leitura com vista à [adoção da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2012/34/UE, que estabelece um espaço ferroviário europeu único, no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária](#)  
[Adotada pelo Conselho em 17 de outubro de 2016](#)

Nota justificativa do Conselho: Posição (UE) n.º 20/2016 do Conselho em primeira leitura com vista à [adoção de uma Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária](#)



## COMISSÃO EUROPEIA

### [Comissão incentiva empresas em fase de arranque na Europa](#)

A iniciativa «Start-up and Scale-up» da Comissão (iniciativa a favor das empresas em fase de arranque e em expansão) visa dar aos muitos empresários inovadores da Europa todas as oportunidades de se tornarem empresas de craveira mundial. Esta iniciativa reúne todas as possibilidades que a UE já oferece e introduz como elemento novo uma ênfase no investimento de capital de risco, na legislação em matéria de insolvência e na tributação.

### [Desenvolvimento Sustentável: a UE define as suas prioridades](#)

A Comissão Europeia apresentou a definição de uma abordagem estratégica para alcançar o desenvolvimento sustentável na Europa e em todo o mundo.

### [Reforma do setor bancário da UE: bancos sólidos para apoiar o crescimento e restabelecer a confiança](#)

A Comissão apresentou um conjunto global de reformas para reforçar a capacidade de resistência dos bancos da UE. Esta proposta consolida a atual regulamentação da UE no domínio bancário e visa completar o programa regulamentar lançado na sequência da crise, por forma a garantir que o quadro normativo responda aos desafios que subsistem em matéria de estabilidade financeira, para além de assegurar que os bancos possam continuar a apoiar a economia real.

### [Europeus vivem mais tempo, mas nem sempre os anos suplementares são vividos em boa saúde](#)

O relatório conjunto da Comissão Europeia e da OCDE «Health at a Glance: Europe 2016» mostra que as políticas destinadas a promover a saúde e a prevenir as doenças, bem como a prestação de cuidados de saúde mais eficazes, podem salvar vidas e poupar milhares de milhões de euros na União Europeia.

### [Comissão publica resultados do convite à apresentação de informações sobre os serviços financeiros na EU](#)

O convite à apresentação de informações é uma consulta pública que analisa os efeitos cumulativos das novas regras estabelecidas para o setor financeiro desde o início da crise.

### [Presidente Juncker propõe regras mais rigorosas para o Código de Conduta dos Comissários](#)

## Consulta pública

Ajuda Humanitária

### [Consulta pública sobre a avaliação intercalar do Mecanismo de Proteção Civil da União](#)

Concorrência

### [Consulta sobre o Código de Boas Práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais](#)



Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Saúde Pública

[Consulta pública sobre a avaliação intercalar do 3.º Programa de Saúde 2014-2020](#)

 **PARLAMENTO EUROPEU**

[Semestre Europeu: debate com Dombrovskis sobre prioridades económicas e sociais para 2017](#)

22 de novembro, o vice-presidente da Comissão responsável pelo Euro e Diálogo Social, Valdis Dombrovskis, apresentou aos eurodeputados o pacote de outono do Semestre Europeu, que dá início ao ciclo de governação económica de 2017.

[Evasão fiscal: Parlamento Europeu aprova acesso das autoridades fiscais a dados antibranqueamento de capitais](#)

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta que permite que as autoridades fiscais tenham acesso a informações antibranqueamento de capitais para que possam combater mais eficazmente a evasão e a fraude fiscais e exercer as suas obrigações de controlo. As novas regras, apresentadas na sequência das revelações dos Documentos do Panamá, autorizam o acesso a dados sobre os beneficiários efetivos de certas entidades e sobre o dever de diligência relativamente à clientela.

[Poluentes atmosféricos: deputados votam valores-limites mais rigorosos](#)

A poluição atmosférica é responsável pela morte prematura de quase meio milhão de europeus todos os anos. Os eurodeputados votaram valores-limites de emissões mais rigorosos para os principais poluentes atmosféricos.

[Qualidade do ar: Parlamento Europeu aprova novas metas nacionais de redução de emissões](#)

O Parlamento Europeu aprovou a revisão da diretiva que estabelece valores-limite nacionais de emissão de determinados poluentes atmosféricos, como o dióxido de enxofre, óxidos de azoto e partículas finas. O texto fixa objetivos em matéria de qualidade do ar para o período até 2030, com diferentes limites para cada Estado-Membro e para cada poluente. A poluição atmosférica é responsável por mais de 400 mil mortes prematuras por ano na UE.

[O Parlamento Europeu e a luta contra a fraude ao IVA](#)

Já ouviu falar da “fraude do operador fictício” em matéria de imposto sobre o valor acrescentado (IVA)? É um das fraudes de IVA mais comuns na UE e estima-se que seja responsável por uma perda de receitas avaliada entre 45 mil milhões e 53 mil milhões de euros por ano. O Parlamento Europeu debateu em plenário e votou um relatório de Werner Langen (PPE, Alemanha) com as recomendações para um regime definitivo do IVA e luta contra a fraude.

[Mais cooperação na UE para contrariar a deterioração da segurança](#)

A deterioração da segurança a nível mundial e preocupações de que a nova administração nos EUA esteja relutante em defender os europeus através da NATO levou a UE a tentar encontrar uma resposta para a situação. Os eurodeputados uniram a sua voz aos que defendem que os países da UE devem dedicar 2% do seu PIB à defesa e a uma colaboração mais estreita na UE.

## PORTAL DO GOVERNO



### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Regime de valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas;
  - Resolução que fixa as regras de gestão relativas às Lojas e Espaços do Cidadão, tornando claras as condições para a sua instalação;
  - Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Portuguesa e o Estado de Israel, visando o desenvolvimento do turismo entre os dois países através da cooperação entre os seus organismos nacionais, agências e associações profissionais e empresas do setor.
  - Protocolo à Convenção de 1979 sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos Metais Pesados, e o Protocolo de Nagoya sobre o acesso a recursos genéticos e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da sua utilização;
  - Três propostas de lei que transpõem para a ordem jurídica interna diretivas europeias relativas às seguintes matérias:
    - Reconhecimento das qualificações profissionais (Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de setembro);
    - Aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores (Diretiva n.º 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014);
    - Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviço (Diretiva n.º 2014/67/UE, de 15 de maio de 2014).
- (...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009*

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards 2015-2012*

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos  
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011*